

Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TOMADA DE CONTAS - COFTC

Parecer n.º 22 de 18 de Abril de 2022.

Subemenda Modificativa nº1 do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2022 de 11 de Abril de 2022.

Relatório

A Subemenda Modificativa nº1 ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2022, da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final (CLJR), *“Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Ubá/MG, e dá outras providências”*.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 49 do Regimento Interno que relata:

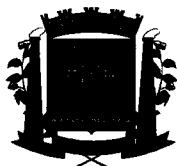
“Art. 49. Compete à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas manifestar-se sobre matéria tributária, abertura de créditos, empréstimos públicos, dívidas públicas e outras; além de proposições que fixem e revisem os vencimentos do funcionalismo e os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores”.

Fundamentação

Esta Subemenda Modificativa nº1, apresentada pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final que é formada pelos Vereadores Titulares Edeir Pacheco da Costa, Gilson Fazolla Filgueiras e José Maria Fernandes, pretende dar ao Art 4º a seguinte redação:

“Art. 4º Acrescenta-se à Tabela III, do Anexo I, o cargo comissionado de provimento amplo de Diretor de Patrimônio, Licitação e Compras;

(...)”.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Outra alteração proposta está relacionada ao artigo 5º, removendo o cargo de Assessor de Produção e Transmissão Audiovisual e acrescentando as atribuições do cargo de Diretor de Patrimônio, Licitação e Compras:

“Art. 5º Acrescenta-se ao ANEXO II, as atribuições dos cargos de Agente de Contratação e de Diretor de Patrimônio, Licitação e Compras

(...)”.

Partindo disto, esta Comissão procurou fundamentações para entender melhor o assunto. A Constituição Federal, em seu art. 39, versa que:

“Art. 39 A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas;

(...)”.

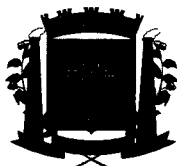
De acordo com o art. 8º da Lei Complementar nº 199/2019, em relação aos cargos de comissão, é dito que:

“Art. 8º Dos cargos em comissão, 20% (vinte por cento) de sua totalidade serão preenchidos por servidores ocupantes de cargos efetivos

(...)”.

A nova Lei de Licitações, a Lei nº 14.133, em seu art. 7º e 8º, também fala sobre os agentes públicos:

“Art. 7º Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, promover gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução desta Lei que preencham os



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

seguintes requisitos:

I - sejam, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;

(...)"

"Art. 8º A licitação será conduzida por agente de contratação, pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação".

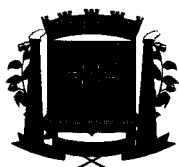
A Lei Orgânica do Município de Ubá no art. 56, inc. VII versa que:

"Art. 56 Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

VII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixar a respectiva remuneração".

Dito isto, a Subemenda Modificativa nº1 ao Projeto de Lei Complementar nº 01/2022 **retira o cargo de Assessor de Produção e Transmissão Audiovisual, permanecendo então os cargos de Diretor de Patrimônio, Licitação e Compras, e o Agente de Contratação.** Importante destacar que o cargo de AGENTE DE CONTRATAÇÃO tem suas atribuições agora muito bem explicitadas e definidas no acima mencionado art. 5º.

Com a retirada do cargo de "Assessor de Produção e Transmissão Audiovisual", uma nova Estimativa do Impacto Financeiro foi calculada. Uma declaração emitida pelo Assessor Contábil e Financeiro da Câmara Municipal, Silvério Dias Maciel, elucida com clareza de quanto será este valor.



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Segundo consta na Declaração, o impacto financeiro anual com a aprovação destas alterações propostas pela Subemenda Modificativa nº1 ao Projeto de Lei Complementar nº 01/2022 será de R\$ 285.515,95 (Duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e quinze reais e noventa e cinco centavos), bem menos do que os R\$ 354.816,66 (Trezentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e dezesseis reais e sessenta e seis centavos) que haviam sido previstos anteriormente já para o exercício de 2022.

Em tempo, é importante lembrar que todos estes dados demonstrando a viabilidade da criação destes cargos são necessários por conta do cumprimento do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que diz:

“Art.16 A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

(...)

§2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas;

(...)”

Além da Lei de Responsabilidade Fiscal, o art. 27 da Constituição do Estado de Minas Gerais também versa que:

“Art. 27 A despesa com pessoal ativo e inativo do Estado e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar;



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

§1º - A concessão de vantagem ou o aumento de remuneração, a criação de cargo, emprego e função ou a alteração de estrutura de carreira bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, por órgão ou entidade da administração direta ou indireta ficam condicionados a:

I - prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

(...)”

Esta Comissão também acha pertinente lembrar e demonstrar, através de levantamento previamente feito, a estimativa de impacto financeiro disto não só em 2022, mas também em 2023 e 2024:

[illegible]



Telefax: (32) 3539-5000



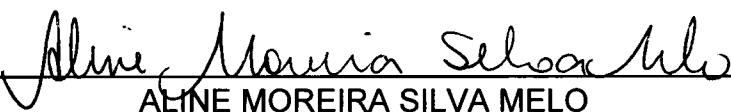
Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

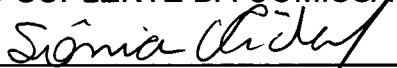
Conclusão

Pelas razões expostas, a Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas opina pela aprovação da Subemenda Modificativa nº1 ao Projeto de Lei Complementar n.º 1/2022.

Ubá, 18 de Abril de 2022.


ALINE MOREIRA SILVA MELO
MEMBRO DA COMISSÃO

ALEXANDRE DE BARROS MENDES
MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO


APARECIDA SÔNIA FERREIRA VIDAL
MEMBRO SUPLENTE DA COMISSÃO